

**ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2026 – CREDENCIAMENTO Nº/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
COMENDADOR GOMES/MG E

.....

O **MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES**, com sede na com sede Praça Manoel Bertoldo Silva, 31 – Bairro Centro, na cidade de Comendador Gomes/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.449.173/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr., brasileiro, casado, portador da cédula de identidade sob o nº ****/**** residente e domiciliado nesta cidade de Comendador Gomes/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo supramencionado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do objeto abaixo mencionado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1. O presente contrato tem por objeto o credenciamento de clínicas especializadas aptas à prestação de serviços de diagnóstico por imagem e exames complementares, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Comendador Gomes/MG, conforme solicitação médica.

1.1. O recebimento dos serviços será realizado mensalmente, mediante apresentação de Relatório Mensal de Execução, elaborado pela instituição credenciada e contendo a relação de todos os exames realizados no período, com identificação do paciente (número do encaminhamento), tipo de exame, data de realização e data de entrega do laudo, devidamente atestado pelo fiscal do contrato após verificação da conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O serviço compreende, no mínimo:

- realização de exames de diagnóstico por imagem, tais como ultrassonografia, radiografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, mamografia, densitometria óssea e outros compatíveis com a especialidade da credenciada;
- realização de exames complementares laboratoriais e especializados, conforme necessidade da rede municipal de saúde;
- emissão de laudos técnicos assinados por profissionais habilitados, dentro dos prazos estabelecidos;
- atendimento humanizado e adequado aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- disponibilização de equipe técnica qualificada e equipamentos devidamente regularizados e em perfeito funcionamento;
- suporte administrativo para agendamento, recepção e orientação aos usuários;
- elaboração de relatórios periódicos contendo quantitativos de exames realizados, atendimentos

prestados e demais informações solicitadas pela contratante;

- cumprimento das normas sanitárias, técnicas e de biossegurança aplicáveis à atividade.

1.3. O objeto será executado sob demanda, mediante encaminhamento formal da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, exigências sanitárias e condições operacionais previstas no Termo de Referência, sendo vedada a alteração de suas características essenciais sem a formalização de termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência;

1.5.2. O Edital de Credenciamento;

1.5.3. O Termo de Credenciamento da Interessada;

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados do(a) assinatura deste termo pelo prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A execução do objeto ocorrerá mediante encaminhamento formal de pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde de Comendador Gomes/MG à clínica credenciada, conforme solicitação médica, avaliação técnica e disponibilidade para atendimento.

3.2. Após o recebimento da autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, a credenciada deverá realizar o agendamento e atendimento do paciente no prazo compatível com a urgência do exame solicitado e com os fluxos estabelecidos pela contratante.

3.3. A clínica credenciada deverá prestar os serviços contratados com observância às normas técnicas vigentes, utilizando equipamentos adequados, profissionais habilitados e estrutura compatível com os exames ofertados.

3.4. Durante a execução dos serviços deverão ser assegurados, no mínimo:

I – atendimento humanizado, seguro e organizado aos pacientes encaminhados;

II – realização dos exames de diagnóstico por imagem e complementares conforme solicitação médica autorizada;

III – utilização de equipamentos em perfeito estado de funcionamento, manutenção regular e calibração quando exigida;

IV – atuação de profissionais legalmente habilitados e registrados em seus respectivos conselhos de classe;

V – emissão de laudos técnicos e resultados dos exames dentro dos prazos pactuados;

VI – observância às normas sanitárias, de biossegurança e proteção radiológica, quando aplicável;

VII – sigilo das informações e preservação dos dados clínicos dos pacientes;

VIII – suporte administrativo para agendamento, recepção e entrega de resultados.

3.5. A credenciada deverá manter registros atualizados dos atendimentos realizados, exames executados e laudos emitidos, disponibilizando relatórios periódicos à Secretaria Municipal de Saúde sempre que solicitado.

3.6. Os exames serão realizados conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observada a capacidade operacional da credenciada e a ordem de encaminhamento, ressalvadas situações de urgência devidamente justificadas.

3.7. Os resultados e laudos deverão ser entregues em meio físico ou eletrônico, conforme definido pela Administração, assegurando clareza, legibilidade e identificação do profissional responsável.

3.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal:

I – acompanhar a execução dos serviços;

II – verificar a conformidade da prestação com as condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;

III – solicitar documentos, relatórios e informações necessários ao acompanhamento contratual;

IV – realizar vistorias técnicas nas instalações da credenciada, quando necessário;

V – registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades.

3.9. A credenciada deverá permitir livre acesso da Administração às suas dependências, equipamentos e documentos relacionados ao objeto contratado, para fins de fiscalização, sempre que solicitado.

3.10. Eventuais falhas, irregularidades ou descumprimento das condições contratuais deverão ser sanados no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

3.11. A distribuição dos pacientes entre as clínicas credenciadas ocorrerá conforme critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando capacidade operacional, especialidade ofertada, localização, disponibilidade de agenda e necessidade administrativa, não sendo garantido quantitativo mínimo de encaminhamentos.

3.12. A Administração poderá realizar vistoria técnica prévia nas instalações da credenciada, bem como inspeções periódicas durante a execução contratual, para verificação das condições estruturais, sanitárias e operacionais da unidade.

3.13. Caso sejam identificadas irregularidades que comprometam a segurança dos pacientes, a qualidade dos exames ou a regularidade dos serviços, a Administração poderá suspender temporariamente os encaminhamentos até a devida regularização.

3.14. Havendo necessidade de cumprimento de determinações judiciais ou situações excepcionais de interesse público, a Administração poderá promover remanejamentos, ajustes operacionais ou prioridades de atendimento, de forma célere e fundamentada.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor estimado do presente contrato corresponde ao montante de **R\$..... (.....)**, considerando o valor total de **R\$611.582,22 (Seiscentos e onze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos)** conforme pesquisa de preços realizada em bases públicas oficiais e/ou tabelas de referência, considerando os quantitativos estimados de exames a serem executados ao longo da vigência contratual.

Item	Descrição do Item	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Global
1	ANGIO RESSONANCIA CEREBRAL-ARTERIAL OU VENOSA	5	SE	R\$ 613,51	R\$ 3.067,55
2	ANGIO TOMOGRAFIA ABDOMINAL/AORTA ABDOMIONAL	4	SE	R\$ 631,00	R\$ 2.524,00
3	ANGIO TOMOGRAFIA TORAX/AORTA TORACICA	5	SE	R\$ 532,04	R\$ 2.660,20
4	BIOPSIA MAMAS- GUIADA POR USG	5	SE	R\$ 687,43	R\$ 3.437,15
5	BIOPSIA PROSTATA GUIADA POR USG	3	SE	R\$ 795,90	R\$ 2.387,70
6	BOLSA ESCROTAL	5	SE	R\$ 144,24	R\$ 721,20
7	COLONOSCOPIA	10	SE	R\$ 619,28	R\$ 6.192,80
8	DENSIOMETRIA ÓSSEA	20	SE	R\$ 127,48	R\$ 2.549,60
9	DOPPLER COLORIDO DE ÓRGÃO OU ESTRUTURA	5	SE	R\$ 299,53	R\$ 1.497,65
10	ECOCARDIOGRAMA	200	SE	R\$ 216,30	R\$ 43.260,00



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!

ADM 2025-2028

CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

11	ELETROR ENCEFALOGRAA	5	SE	R\$	255,40	R\$	1.277,00
12	ELETRORCARDIOGRAMA	15	SE	R\$	90,26	R\$	1.353,90
13	ENDOSCOPIA	5	SE	R\$	388,90	R\$	1.944,50
14	ESPIROMETRIA- PROVA FUNÇÃO PULMONAR	5	SE	R\$	218,27	R\$	1.091,35
15	HOLTER	20	SE	R\$	177,56	R\$	3.551,20
16	MAMOGRAFIA	15	SE	R\$	177,87	R\$	2.668,05
17	MAPA	20	SE	R\$	152,88	R\$	3.057,60
18	PAAF- PUNÇÃO ASPIRATIVA GUIADA POR USG	12	SE	R\$	382,60	R\$	4.591,20
19	POLIPLECTOMIA	10	SE	R\$	255,83	R\$	2.558,30
20	RAIO X ABDOME SIMPLES	20	SE	R\$	85,33	R\$	1.706,60
21	RAIO X ADENÓIDES OU CAVUM	20	SE	R\$	87,58	R\$	1.751,60
22	RAIO X ANTEBRAÇO	20	SE	R\$	89,48	R\$	1.789,60
23	RAIO X ART. COXO FEMURAL(QUADRIL)	20	SE	R\$	86,73	R\$	1.734,60
24	RAIO X BACIA	20	SE	R\$	87,82	R\$	1.756,40
25	RAIO X BRAÇO	15	SE	R\$	87,30	R\$	1.309,50
26	RAIO X CALCANEIO	15	SE	R\$	86,56	R\$	1.298,40
27	RAIO X CAVUM	15	SE	R\$	90,25	R\$	1.353,75
28	RAIO X CLAVÍCULA	10	SE	R\$	87,76	R\$	877,60
29	RAIO X COL.SACRO COCCIX	10	SE	R\$	90,34	R\$	903,40
30	RAIO X COLUNA C/ OBLÍQUA	20	SE	R\$	83,58	R\$	1.671,60
31	RAIO X COLUNA CERVICAL	20	SE	R\$	87,66	R\$	1.753,20
32	RAIO X COLUNA DORSAL	20	SE	R\$	86,04	R\$	1.720,80
33	RAIO X COLUNA DORSO-LOMBAR(TRANSIÇÃO)	20	SE	R\$	81,91	R\$	1.638,20
34	RAIO X COLUNA LOMBO SACRA	20	SE	R\$	88,00	R\$	1.760,00
35	RAIO X COLUNA LOMBO SACRA FUNCIONAL/OU DINAMICA	20	SE	R\$	80,82	R\$	1.616,40
36	RAIO X COLUNA TOTAL OU ESCOLEOSE PANORAMICO	20	SE	R\$	80,77	R\$	1.615,40
37	RAIO X COSTELAS POR HEMITORAX	10	SE	R\$	86,50	R\$	865,00
38	RAIO X COTOVELO	8	SE	R\$	86,01	R\$	688,08
39	RAIO X COXA	7	SE	R\$	92,46	R\$	647,22
40	RAIO X CRANIO	12	SE	R\$	87,71	R\$	1.052,52
41	RAIO X ESCANOMETRIA	10	SE	R\$	158,40	R\$	1.584,00
42	RAIO X JOELHO	50	SE	R\$	88,10	R\$	4.405,00
43	RAIO X JOELHO AXIAL	15	SE	R\$	79,74	R\$	1.196,10
44	RAIO X LARINGE	10	SE	R\$	60,17	R\$	601,70
45	RAIO X MÃO	10	SE	R\$	88,94	R\$	889,40
46	RAIO X MÃOS E PUNHOS PARA IDADE ÓSSEA	20	SE	R\$	88,92	R\$	1.778,40
47	RAIO X MASTOIDES	10	SE	R\$	89,03	R\$	890,30
48	RAIO X OMOPLATA OU OMBRO	15	SE	R\$	85,90	R\$	1.288,50
49	RAIO X ÓRBITAS	8	SE	R\$	53,92	R\$	431,36
50	RAIO X OSSOS DA FACE	10	SE	R\$	87,73	R\$	877,30
51	RAIO X PATELA	8	SE	R\$	87,00	R\$	696,00
52	RAIO X PÉ OU PODODACTILOS	15	SE	R\$	86,95	R\$	1.304,25
53	RAIO X PERNA	12	SE	R\$	87,75	R\$	1.053,00
54	RAIO X PUNHO	12	SE	R\$	90,59	R\$	1.087,08
55	RAIO X SEIOS DA FACE	10	SE	R\$	86,24	R\$	862,40
56	RAIO X SELA TURCA	8	SE	R\$	93,88	R\$	751,04
57	RAIO X TORAX	150	SE	R\$	87,76	R\$	13.164,00
58	RAIO X TORNOZELO	20	SE	R\$	86,00	R\$	1.720,00
59	RAIO X TRANSITO INTESTINAL	10	SE	R\$	62,03	R\$	620,30
60	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOMEM SUPERIOR	12	SE	R\$	576,67	R\$	6.920,04
61	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOMEM SUPERIOR C/CONTRASTE	20	SE	R\$	729,56	R\$	14.591,20
62	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA (articulações sacroilíacas)	10	SE	R\$	519,47	R\$	5.194,70
63	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA/PELVE	10	SE	R\$	629,46	R\$	6.294,60
64	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA/PELVE C/CONTRASTE	20	SE	R\$	742,66	R\$	14.853,20
65	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL	50	SE	R\$	513,77	R\$	25.688,50
66	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL C/CONTRASTE	10	SE	R\$	725,62	R\$	7.256,20
67	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO	10	SE	R\$	509,47	R\$	5.094,70



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!

ADM 2025-2028

CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

	SACRA				
68	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO SACRA C/CONTRASTE	10	SE	R\$ 742,19	R\$ 7.421,90
69	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA/DORSAL	10	SE	R\$ 526,27	R\$ 5.262,70
70	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA/DORSAL C/CONTRASTE	10	SE	R\$ 741,45	R\$ 7.414,50
71	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO	10	SE	R\$ 562,52	R\$ 5.625,20
72	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO C/CONTRASTE	35	SE	R\$ 736,84	R\$ 25.789,40
73	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL) Descrição:Correspondente ao estudo da articulação coxofemural,coxa, joelho, perna,pé, tornozelo.	35	SE	R\$ 528,53	R\$ 18.498,55
74	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO SUPERIOR(UNILATERAL) Descrição:Correspondente ao estudo do Ombro,braço, cotovelo,antebraço,punho e mão.	12	SE	R\$ 512,40	R\$ 6.148,80
75	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE PELVE (não inclui articulações coxofemorais)	10	SE	R\$ 569,99	R\$ 5.699,90
76	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE VIAS BILIARES	10	SE	R\$ 568,04	R\$ 5.680,40
77	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE VIAS BILIARES C/CONTRASTE	10	SE	R\$ 746,92	R\$ 7.469,20
78	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TURCICA	10	SE	R\$ 573,45	R\$ 5.734,50
79	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA-COLANGIO RM	10	SE	R\$ 574,02	R\$ 5.740,20
80	TESTE ERGOMÉTRICO	50	SE	R\$ 152,42	R\$ 7.621,00
81	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	10	SE	R\$ 569,98	R\$ 5.699,80
82	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR C/ CONTRASTE	35	SE	R\$ 475,76	R\$ 16.651,60
83	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	10	SE	R\$ 555,34	R\$ 5.553,40
84	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR C/CONTRASTE	30	SE	R\$ 485,98	R\$ 14.579,40
85	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	10	SE	R\$ 441,36	R\$ 4.413,60
86	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/CONTRASTE	5	SE	R\$ 487,51	R\$ 2.437,55
87	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA	10	SE	R\$ 435,04	R\$ 4.350,40
88	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA C/CONTRASTE	5	SE	R\$ 481,48	R\$ 2.407,40
89	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MASTOIDES	5	SE	R\$ 440,23	R\$ 2.201,15
90	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES	7	SE	R\$ 492,91	R\$ 3.450,37
91	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES Descrição: Correspondente a braço,antebraço,coxa, perna	7	SE	R\$ 433,03	R\$ 3.031,21
92	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICAS	5	SE	R\$ 460,81	R\$ 2.304,05
93	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICAS C/CONTRASTE	5	SE	R\$ 476,94	R\$ 2.384,70
94	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	50	SE	R\$ 438,20	R\$ 21.910,00
95	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX COM CONTRASTE	5	SE	R\$ 525,17	R\$ 2.625,85
96	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO	40	SE	R\$ 432,60	R\$ 17.304,00
97	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO C/CONTRASTE	10	SE	R\$ 474,10	R\$ 4.741,00
98	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO	5	SE	R\$ 478,27	R\$ 2.391,35
99	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO- Descrição: Correspondente as partes moles do pescoço, laringe, faringe e tireóide.	5	SE	R\$ 546,25	R\$ 2.731,25
100	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR Descrição:Correspondente as articulaçõesquadril, joelho,tornozelo,calcâneo,pé	4	SE	R\$ 451,25	R\$ 1.805,00



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!

ADM 2025-2028

CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

101	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR Descrição: Correspondente a articulações do esterno clavicular, ombro, cotovelo e punho, mão	10	SE	R\$	455,08	R\$	4.550,80
102	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA E	15	SE	R\$	443,52	R\$	6.652,80
103	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA E C/CONTRASTE	5	SE	R\$	480,00	R\$	2.400,00
104	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE/SEIOS DA FACE/ART TEMPORO MANDIBULARES	10	SE	R\$	429,83	R\$	4.298,30
105	ULTRASSOM ABDOMEN SUPERIOR	20	SE	R\$	132,42	R\$	2.648,40
106	ULTRASSOM ABDOMEN TOTAL	50	SE	R\$	177,26	R\$	8.863,00
107	ULTRASSOM APARELHO URINÁRIO	40	SE	R\$	139,11	R\$	5.564,40
108	ULTRASSOM ARTICULAÇÕES (ombro, cotovelo, punho, mão, pé tornozelo, calcâneo, joelho, quadril)	40	SE	R\$	146,67	R\$	5.866,80
109	ULTRASSOM CERVICAL	10	SE	R\$	144,00	R\$	1.440,00
110	ULTRASSOM DE BOLSA ESCROTAL	15	SE	R\$	149,10	R\$	2.236,50
111	ULTRASSOM DE PAREDE ABDOMINAL	15	SE	R\$	137,21	R\$	2.058,15
112	ULTRASSOM DE REGIÃO INGUINAL	10	SE	R\$	135,00	R\$	1.350,00
113	ULTRASSOM DOPPLER ARTERIAL DE MM II (CADA MEMBRO)	30	SE	R\$	491,45	R\$	14.743,50
114	ULTRASSOM DOPPLER DE ARTÉRIAS CARÓTIDAS E VÉRTEBRAS	20	SE	R\$	226,37	R\$	4.527,40
115	ULTRASSOM DOPPLER VENOSO DE MM II (CADA MEMBRO)	40	SE	R\$	495,95	R\$	19.838,00
116	ULTRASSOM ENDOVAGINAL COM DOPPLER	15	SE	R\$	205,25	R\$	3.078,75
117	ULTRASSOM MAMÁRIA BILATERAL	30	SE	R\$	140,83	R\$	4.224,90
118	ULTRASSOM MORFOLÓGICO (1º trimestre)	20	SE	R\$	444,22	R\$	8.884,40
119	ULTRASSOM OBSTÉTRICA	10	SE	R\$	191,43	R\$	1.914,30
120	ULTRASSOM OBSTÉTRICO COM DOPPLER	20	SE	R\$	288,81	R\$	5.776,20
121	ULTRASSOM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS	10	SE	R\$	134,11	R\$	1.341,10
122	ULTRASSOM PELVICA	10	SE	R\$	140,35	R\$	1.403,50
123	ULTRASSOM PELVICA ENDOVAGINAL	5	SE	R\$	152,09	R\$	760,45
124	ULTRASSOM PELVICA TRANSVAGINAL	90	SE	R\$	138,00	R\$	12.420,00
125	ULTRASSOM PROSTATA VIA ABDOMINAL	10	SE	R\$	138,33	R\$	1.383,30
126	ULTRASSOM PROSTATA VIA TRANSRETAL	5	SE	R\$	180,29	R\$	901,45
127	ULTRASSOM TIREÓIDE	30	SE	R\$	146,08	R\$	4.382,40
	TOTAL					R\$	611.582,22

5.1. O valor unitário corresponde à prestação de serviços especializados de diagnóstico por imagem e exames complementares, incluindo a realização do procedimento solicitado, utilização de equipamentos, materiais necessários, emissão de laudos técnicos e demais serviços indispensáveis à adequada execução do objeto contratado.

5.2. O valor global indicado possui caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, uma vez que os serviços serão executados sob demanda, conforme encaminhamento de pacientes realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. O pagamento será devido exclusivamente pelos exames efetivamente realizados e devidamente comprovados, mediante apresentação de relatório de produção, documentos fiscais correspondentes e ateste do fiscal do contrato.

5.4. Nos valores contratados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, compreendendo despesas com profissionais técnicos e especializados, utilização e manutenção de equipamentos, insumos, materiais de consumo, emissão de laudos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributos e quaisquer outros custos necessários à regular prestação dos serviços.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado pela Administração em até **10 (dez) dias úteis**, contados da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando o recebimento definitivo dos produtos.

6.2. O recebimento dos serviços será realizado mensalmente, mediante apresentação de Relatório Mensal de Execução, elaborado pela instituição credenciada e contendo a relação de todos os exames realizados no período, com identificação do paciente (número do encaminhamento), tipo de exame, data de realização e data de entrega do laudo, devidamente atestado pelo fiscal do contrato após verificação da conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência

6.3. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à conformidade dos serviços prestados com as especificações previstas no Termo de Referência, no edital e neste contrato.

6.4. Para fins de pagamento O Relatório Mensal de Execução deverá conter, no mínimo:

- a) relação completa dos exames realizados no período, com identificação do número do encaminhamento/autorização;
- b) tipo de exame realizado e código do procedimento;
- c) data de realização do exame e data de entrega do laudo;
- d) nome do profissional responsável pela emissão do laudo e número de registro no conselho de classe;
- e) intercorrências técnicas ou operacionais ocorridas no período, se houver;
- f) declaração de conformidade com as normas sanitárias e os protocolos técnicos aplicáveis.

6.5. O recebimento provisório ocorrerá após a análise inicial do relatório pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo os serviços ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não atendam às especificações previstas neste Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável.

6.6. Os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O recebimento definitivo será formalizado pelo fiscal do contrato no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados da apresentação da nota fiscal e da documentação comprobatória, desde que verificada a conformidade dos serviços prestados.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, segurança e fiel execução dos serviços, nem afasta a aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DOS PREÇOS

7.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.

7.2 Após esse período, os valores poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

7.3 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Em caso de atraso ou ausência de divulgação do índice, será utilizada a última variação disponível, com posterior compensação quando da divulgação definitiva.

7.5 Caso o índice venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado outro índice oficial que venha a substituí-lo.

7.6 Na ausência de índice substituto legal, as partes poderão pactuar novo índice por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

7.8 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido, mediante solicitação da contratada, devidamente instruída com documentação comprobatória, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Realizar o credenciamento das clínicas que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital, mantendo cadastro atualizado das instituições habilitadas à prestação dos serviços de diagnóstico por imagem e exames complementares.

8.2. Encaminhar os pacientes às clínicas credenciadas mediante solicitação médica, observando o tipo de exame, a necessidade clínica, a disponibilidade de agenda e os critérios de distribuição da demanda definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados pelas clínicas credenciadas, por meio de servidor ou comissão designada para atuar como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Solicitar e analisar laudos, relatórios técnicos e demais documentos relativos aos exames realizados, garantindo a qualidade, a confiabilidade dos resultados e o adequado acompanhamento da execução contratual.

8.5. Realizar vistorias técnicas nas instalações das clínicas credenciadas, sempre que necessário, com o objetivo de verificar as condições estruturais, sanitárias, operacionais e a adequação dos equipamentos utilizados.

8.6. Efetuar o pagamento às clínicas credenciadas pelos serviços efetivamente prestados, conforme valores, prazos e condições estabelecidos no edital de credenciamento e no respectivo instrumento contratual.

8.7. Comunicar formalmente à clínica credenciada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, estabelecendo prazo para adoção das medidas corretivas necessárias.

8.8. Garantir o fluxo administrativo necessário para autorização dos exames, agendamento, controle da demanda e continuidade da assistência aos usuários da rede municipal de saúde.

8.9. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.10. Promover a avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados pelas clínicas credenciadas, visando ao aprimoramento da rede de atendimento, redução de filas e melhoria da assistência à saúde.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros por atos de seus empregados, prepostos ou subordinados

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A clínica credenciada deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da execução do objeto, assumindo os riscos e custos inerentes à prestação dos serviços de diagnóstico por imagem e exames complementares, observando, no mínimo, as condições a seguir apresentadas.

- 9.2. Executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e no respectivo instrumento contratual.
- 9.3. Disponibilizar infraestrutura física adequada à realização dos exames, garantindo condições de higiene, segurança, acessibilidade, conforto e qualidade no atendimento aos pacientes.
- 9.4. Assegurar equipe técnica habilitada e regularmente registrada nos respectivos conselhos profissionais, incluindo médicos especialistas, técnicos em radiologia, biomédicos, enfermeiros e demais profissionais necessários à execução dos serviços.
- 9.5. Realizar os exames solicitados conforme requisição médica, observando protocolos técnicos, normas sanitárias e boas práticas assistenciais, garantindo precisão, confiabilidade e qualidade dos resultados.
- 9.6. Emitir laudos técnicos dos exames realizados, devidamente assinados por profissional habilitado, no prazo estabelecido pela Administração, assegurando clareza, objetividade e consistência das informações.
- 9.7. Garantir atendimento humanizado aos pacientes, respeitando princípios éticos, dignidade da pessoa humana e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.
- 9.8. Responsabilizar-se pela integridade física e segurança dos pacientes durante a realização dos exames, adotando medidas de prevenção de riscos e intercorrências.
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do credenciamento e do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, especialmente licenças sanitárias, alvarás de funcionamento, certificações e registros junto aos órgãos competentes.
- 9.10. Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pela Administração, inclusive mediante realização de vistorias técnicas, apresentação de documentos, relatórios e acesso às instalações e equipamentos, sempre que solicitado.
- 9.11. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde quaisquer intercorrências relevantes durante a realização dos exames, especialmente aquelas que possam comprometer a segurança do paciente ou a qualidade do serviço.
- 9.12. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações clínicas e dados pessoais dos pacientes atendidos, observando rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), especialmente quanto ao tratamento de dados sensíveis de saúde, nos termos do art. 11 da referida lei, e os códigos de ética profissional aplicáveis. Para fins de cumprimento da LGPD, a instituição credenciada atuará como operadora de dados pessoais, sendo a Administração Municipal a controladora, cabendo à credenciada: (a) tratar os dados pessoais dos pacientes exclusivamente para as finalidades decorrentes da execução do objeto contratual; (b) adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; (c) comunicar à Administração Municipal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados; (d) não compartilhar os dados dos pacientes com terceiros sem prévia e expressa autorização da Administração, salvo nos casos legalmente previstos; (e) após o encerramento do contrato, devolver ou eliminar os dados pessoais tratados, salvo quando a conservação for necessária para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; (f) manter registro das operações de tratamento de dados realizadas, nos termos do art. 37 da LGPD. O descumprimento das obrigações decorrentes da LGPD, além das sanções contratuais, sujeitará a instituição às penalidades administrativas previstas no art. 52 da Lei nº 13.709/2018.

- 9.13.** Não transferir a terceiros a execução do objeto contratado, total ou parcialmente, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 9.14.** Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação ou de seus profissionais, empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços.
- 9.15.** Atender prontamente às determinações da Administração e às orientações do fiscal do contrato, adotando as medidas corretivas necessárias para sanar eventuais irregularidades.
- 9.16.** Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, em prazo imediato ou previamente definido, a ocorrência de eventos relevantes, tais como:
- 9.17.** I – falhas em equipamentos que comprometam a realização dos exames;
- 9.18.** II – interrupção temporária dos serviços;
- 9.19.** III – necessidade de remarcação de exames;
- 9.20.** IV – quaisquer situações que impactem o atendimento aos pacientes.
- 9.21.** A comunicação deverá ser realizada por meio formal, acompanhada de informações detalhadas sobre a ocorrência e as providências adotadas.
- 9.22.** O descumprimento das obrigações previstas poderá caracterizar falha na execução contratual, sujeitando a clínica às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.2.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação, quando exigido;
- 10.1.3.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando solicitado;
- 10.1.4.** Solicitar desclassificação após o encerramento da fase competitiva, sem justificativa;
- 10.1.5.** Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 10.1.6.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o procedimento;
- 10.1.8.** Fraudar o processo de contratação;
- 10.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:
- a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados à Administração;
- e) eventual adoção de programa de integridade pelo contratado.

10.4. A multa será aplicada conforme a gravidade da infração, podendo variar de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** sobre o valor do contrato ou da parcela afetada:

10.4.1. **Multa leve (0,5% a 5%)**, nos casos de:

- a) atraso injustificado no atendimento ou admissão de pacientes;
- b) atraso na entrega de relatórios;
- c) descumprimento de orientações administrativas;
- d) falhas que não comprometam a segurança do paciente.

10.4.2. **Multa média (5% a 15%)**, nos casos de:

- a) recusa injustificada em atender demanda quando houver capacidade;
- b) deficiência recorrente na prestação dos serviços de diagnóstico;
- c) ausência de profissionais habilitados exigidos para realização dos exames;
- d) falhas estruturais, de higiene ou de manutenção dos equipamentos;
- e) atraso reiterado na entrega de laudos além dos prazos estabelecidos.

10.4.3. **Multa grave (15% a 30%)**, nos casos de:

- a) maus-tratos ou violação da integridade do paciente;
- b) condições sanitárias inadequadas;
- c) ausência de estrutura mínima;
- d) fraude ou documentação falsa;
- e) obstrução da fiscalização;
- f) reincidência em infrações.

10.4.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções.

10.4.5. O não pagamento da multa poderá ensejar:

- I – desconto em créditos da contratada;
- II – inscrição em dívida ativa;
- III – cobrança administrativa ou judicial.

10.5. As sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa, conforme a gravidade da infração.

10.6. Será assegurado prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa prévia.

10.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada quando não se justificar penalidade mais grave, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos.

10.8. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada nos casos de infrações graves, com duração conforme o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação, sujeitando o infrator às penalidades legais.

10.10. A apuração das infrações que possam resultar em impedimento ou inidoneidade será realizada mediante processo administrativo conduzido por comissão designada, garantindo-se ampla defesa.

10.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação da decisão.

10.12. Caberá pedido de reconsideração da sanção de inidoneidade no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final.

10.14. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Os critérios detalhados de aplicação de penalidades poderão ser complementados na Minuta do Contrato Administrativo.

11. DESCRENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO DE ENCAMINHAMENTO

11.1 A instituição credenciada poderá ser descredenciada pela Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

11.1.1. descumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital ou no contrato;

11.1.2. perder as condições de habilitação, regularidade sanitária ou técnica necessárias à prestação dos serviços;

11.1.3. praticar irregularidades graves na execução dos serviços de diagnóstico por imagem;

11.1.4. comprometer a segurança, a qualidade ou a confiabilidade dos exames realizados;

11.1.5. deixar de atender, de forma reiterada e injustificada, as solicitações da Administração;

11.1.6. solicitar formalmente o descredenciamento, mediante comunicação prévia.

11.1.7. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, tais como falhas técnicas nos exames, inadequação de equipamentos, ausência de profissionais habilitados, descumprimento de protocolos, atraso injustificado na entrega de laudos ou qualquer situação que comprometa a qualidade do diagnóstico, a Administração poderá determinar a **suspensão temporária de novos encaminhamentos** à instituição credenciada, até a regularização.

11.1.8. A suspensão de encaminhamentos não prejudicará a conclusão dos exames já autorizados, devendo a instituição garantir a entrega dos laudos pendentes ou, quando necessário, permitir o redirecionamento dos pacientes para outra instituição credenciada.

11.1.9 Persistindo as irregularidades ou constatado descumprimento grave, a Administração poderá instaurar processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis, inclusive o descredenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

Ficha: 343 – Fonte 1500 1600 1621 Dotação Orçamentária:
02.01.09.01.10.301.0012.09.2.053.3.3.90.39.00.00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termo aditivo simplificado

13.3. Demais dotações e fontes poderão ser modificadas e ou incluídas decorrentes do interesse público do Município

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTO – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal de Transparência, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Comendador Gomes/MG, ... de de 2026

MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES/MG	CONTRATADA
-------------------------------------	------------

TESTEMUNHAS:

1-

2-